

RE: ME/SEGES - PE 27/2021 - Pedido de Esclarecimentos

Central Licitação <central.licitacao@economia.gov.br>

Qui, 04/11/2021 16:17

Para: Santos, LG <LG.Santos@Dell.com>

Prezado,

Segue resposta da área técnica ao seu questionamento mais recente. Cabe destacar que a resposta também será inserida no Sistema Compras.

QUESTIONAMENTO 11

Em função da resposta ao **Questionamento 04**, reproduzido abaixo, questionamos:

Como não há uma nomenclatura específica para o “chamado”, podendo ou não ser aberto por OS (ordem de serviço), entendemos que os valores de multas por não atendimento do nível de serviço destes chamados serão aplicadas ao(s) equipamento(s) abrangido(s) pelo “chamado”, independente da forma pela qual este “chamado” foi aberto. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 04

Considerando que OFB (ordem de fornecimento de bens) é a ordem para entrega dos equipamentos, entendemos que OS (ordem de serviços) é a ordem referente aos chamados de atendimento de garantia e assistência técnica. Está correto nosso entendimento?

Caso não esteja, solicitamos esclarecer qual é a diferença entre estes documentos.

R.: Entendimento está PARCIALMENTE correto. Para o fornecimento do bem pode ser usado tanto a Ordem de Serviço quanto a Ordem de Fornecimento do Bem. Agora para os chamados de atendimento de garantia e assistência técnica o edital não definiu nomenclatura, utilizando, somente, o termo “chamado”, podendo ser utilizada a Ordem de Serviço para se abrir o “chamado”.

RESPOSTA:

O entendimento está correto.

Atenciosamente.

Rafaella Penedo

Pregoeira

De: Santos, LG <LG.Santos@Dell.com>

Enviado: quarta-feira, 3 de novembro de 2021 17:52

Para: Central Licitação <central.licitacao@economia.gov.br>

Cc: Ronald Luís Silva Siqueira <ronald.siqueira@economia.gov.br>; Central Tecnologia <central.tecnologia@economia.gov.br>; Rodrigues, Robson <Robson.Rodrigues@dell.com>

Assunto: RE: ME/SEGES - PE 27/2021 - Pedido de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

Mantendo a conformidade com os prazos definidos no edital, envio questionamento complementar para garantir o correto atendimento ao item.

QUESTIONAMENTO 11

Em função da resposta ao **Questionamento 04**, reproduzido abaixo, questionamos:

Como não há uma nomenclatura específica para o “chamado”, podendo ou não ser aberto por OS (ordem de serviço), entendemos que os valores de multas por não atendimento do nível de serviço destes chamados serão aplicadas ao(s) equipamento(s) abrangido(s) pelo “chamado”, independente da forma pela qual este “chamado” foi aberto. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 04

Considerando que OFB (ordem de fornecimento de bens) é a ordem para entrega dos equipamentos, entendemos que OS (ordem de serviços) é a ordem referente aos chamados de atendimento de garantia e assistência técnica. Está correto nosso entendimento?

Caso não esteja, solicitamos esclarecer qual é a diferença entre estes documentos.

R.: Entendimento está PARCIALMENTE correto. Para o fornecimento do bem pode ser usado tanto a Ordem de Serviço quanto a Ordem de Fornecimento do Bem. Agora para os chamados de atendimento de garantia e assistência técnica o edital não definiu nomenclatura, utilizando, somente, o termo “chamado”, podendo ser utilizada a Ordem de Serviço para se abrir o “chamado”.

Atenciosamente,

Luiz Gustavo R. C. Dos Santos

Account Executive – Setor Público

Dell Technologies | Brazil Public Sales

celular [+55 61 99228-6757](tel:+5561992286757)

lg_santos@Dell.com

“Faça a coisa certa, vença jogando limpo”

9º ano consecutivo entre as empresas mais éticas do mundo



From: Central Licitação <central.licitacao@economia.gov.br>

Sent: Friday, October 29, 2021 11:23 AM

To: Santos, LG

Cc: Ronald Luís Silva Siqueira; Central Tecnologia

Subject: RE: ME/SEGES - PE 27/2021 - Pedido de Esclarecimentos

[EXTERNAL EMAIL]

Prezado,

Seguem abaixo respostas aos seus questionamentos relativos ao PE nº 27/2021. Elas também serão inseridas no sistema de Compras.

QUESTIONAMENTO 01

As especificações presentes em diferentes itens do Edital e de seus anexos descrevem a aquisição de equipamentos, fornecimento de licenças de software e a prestação de serviços, dentre eles de garantia, suporte e níveis de serviço (SLA). Almejando o atendimento à legislação tributária brasileira vigente, inclusive quanto a natureza e tributos específicos, bem como com o objetivo de atender plenamente o que regem os itens e parágrafos da Cláusula SEXTA da Minuta de Contrato (Anexo IV), que trata dos Pagamentos, entendemos que o contrato (pedido fornecimento de bens e serviços) poderá ser faturado em notas fiscais distintas totalizando o valor do item/objeto, contemplando os produtos fornecidos e outra(s) nota(s) fiscais de serviços contemplando os serviços, mesmo que em CNPJ's distintos, mas de mesma "raiz"; no exemplo abaixo representado por XX.XXX.XXX/ ____), pois ambas são pertencentes à mesma empresa - CNPJ.

Exemplo:

a. Nota Fiscal de Produtos: CNPJ XX.XXX.XXX/ZZZZ-ZZ (Filial de Produtos)

b. Nota Fiscal de Serviços: CNPJ XX.XXX.XXX/YYYY-YY (Matriz, de Serviços).

Destaca-se ainda que as condições de habilitação, portanto, conforme Seção VIII do Edital, para todos os CNPJs informados na proposta comercial.

Está correto o nosso entendimento?

R: O entendimento não está correto. Conforme estabelecido em termo de referência, não haverá cobrança adicional de serviço de garantia, visto que ele deverá estar embutido no valor do equipamento. Portanto, a contratada irá fornecer um produto e não prestar um serviço, devendo apresentar nota fiscal do fornecimento do produto.

De acordo com o Acórdão nº 3442/2016 - Plenário TCU, durante a fase de licitação, os documentos habilitatórios deverão ser apresentados em nome de quem efetivamente contratará coma Administração, ou seja, em sendo a matriz, os documentos deverão ser expedidos em nome da matriz, se for filial, documentos em nome desta. Durante a execução contratual, apesar de a matriz e a filial comporem a mesma pessoa jurídica, a nota fiscal deverá ser emitida em nome daquela que está executando o contrato por ser um aspecto de natureza fiscal/ tributária.

Todavia, existe a possibilidade de, por fatos superveniente, devidamente motivados e formalizados por meio de ajuste contratual, haver a substituição da executora, seja a matriz pela filial, ou a filial pela matriz. Esse é o entendimento, inclusive, do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 1963/2018 - Plenário TCU.

Portanto, o faturamento deverá ser feito em nome da contratada. Caso, ao longo da execução contratual, seja necessário substituir a contratada filial pela matriz ou vice e versa, deverá ser feito o pedido à contratante e, se aprovado, deverão ser feitos os devidos ajustes contratuais, não podendo ser emitida nota fiscal em CNPJ diverso do contratado.

QUESTIONAMENTO 02

Considerando que o edital de licitação em questão engloba o fornecimento de equipamentos eletrônicos (hardwares) e seus inerentes e intrínsecos serviços de instalação e garantia, indagamos: Em estrita observância à legislação vigente, denota-se que a tributação incidente nos equipamentos (hardware), qual seja ICMS, é diferente da aplicada nos serviços (garantia e softwares), ISS. À vista disso, entendemos que ambos não devem constar na mesma nota fiscal e que podemos emitir uma nota fiscal para os equipamentos (hardware) e outra para os serviços, estando estar sempre sob o mesmo CNPJ raiz (exemplo: XX.XXX.XXX/ ____). Está correto nosso entendimento?

R: O entendimento não está correto. Conforme estabelecido em termo de referência, não haverá cobrança adicional de serviço de garantia, visto que ele deverá estar embutido no valor do equipamento. Portanto, a contratada irá fornecer um produto e não prestar um serviço, não havendo o que se falar em ISS.

QUESTIONAMENTO 03

Referente ao item 7.5.2, bem como considerando o item 7.5.1.1, ambos do Termo de Referência, entendemos que mesmo que a Nota Fiscal Fatura (de Venda) seja emitida em conjunto com a Nota Fiscal de Envio/Remessa, devido a processos e sistemas da CONTRATADA ou qualquer outro motivo, a Nota Fiscal Fatura (de Venda) será tida como recebida apenas após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do bem. Desta forma, o processo de emissão das notas fiscais não fere os requisitos do edital e de seus anexos, assim como atende ao processo de pagamento ora requerido.

Está correto nosso entendimento?

R. Sim, está correto o entendimento da empresa. Sendo a nota fiscal de venda emitida para transporte dos produtos, o prazo de pagamento será contado a partir da emissão do termo de recebimento definitivo

Por esse motivo entendo que o processo de emissão de nota fiscal de venda no momento do transporte não fere os requisitos do edital.

QUESTIONAMENTO 04

Considerando que OFB (ordem de fornecimento de bens) é a ordem para entrega dos equipamentos, entendemos que OS (ordem de serviços) é a ordem referente aos chamados de atendimento de garantia e assistência técnica. Está correto nosso entendimento?

Caso não esteja, solicitamos esclarecer qual é a diferença entre estes documentos.

R.: Entendimento está PARCIALMENTE correto. Para o fornecimento do bem pode ser usado tanto a Ordem de Serviço quanto a Ordem de Fornecimento do Bem. Agora para os chamados de atendimento de garantia e assistência técnica o edital não definiu nomenclatura, utilizando, somente, o termo “chamado”, podendo ser utilizada a Ordem de Serviço para se abrir o “chamado”.

QUESTIONAMENTO 05

Em relação a Garantia solicitada no edital, entendemos que esta não cobrirá danos acidentais como derramamento de líquido, quedas ou sobrecargas elétricas. Está correto nosso entendimento?

R.: O entendimento está PARCIALMENTE correto. Quanto a derramamento de líquido deve ser observado também o item 2.1.3, Id 14.5, quanto ao teclado, a saber: “14.5 - Teclado deverá ser resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades (respingos, ou seja, deve possuir um grau de proteção mínimo de dois contra ingressos de água nos termos da ABNT NBR IEC 60529:2017), comprovado por declaração do próprio fabricante, garantindo inclusive a cobertura a este tipo de evento durante todo o período de garantia. Caberá, entretanto, ao fabricante comprovar de forma inequívoca que o dano foi causado por danos acidentais.

QUESTIONAMENTO 06

Referente às emissões das notas fiscais, nas fase de envio de equipamentos serão emitidas notas fiscais de envio e, para realização do pagamento e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, será(ão) emitida(s) nota fiscal fatura.

Está correto nosso entendimento?

R. Entendimento correto, visto que a legislação exige que o transporte dos bens seja acompanhado de documentos fiscal hábil para tanto, ou seja, da nota fiscal de venda.

QUESTIONAMENTO 07

Em relação aos requisitos de garantia constantes no Termo de Referência e de Metodologia de Trabalho (item 4.14.4), considerando que o expediente em setores governamentais é, em sua maioria, em horário comercial (08h00 às 18h00), excluindo feriados e finais de semana, e que os atendimentos dependerão da disponibilidade de servidores no local do eventual problema, entendemos que os prazos de SLA (nível de serviço) e atendimento de garantia requisitados, deverão ser contados em horas corridas dentro do horário comercial. Está correto nosso entendimento?

R.: O entendimento está PARCIALMENTE correto. Isso porque é necessário cumprir a exigência do TR prevista do item 4.14.4 - A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, da seguinte forma: com

funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 10 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

QUESTIONAMENTO 08

Com base na especificação contida no Termo de Referência, mais precisamente no item 6.5 (Da Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança”) e considerando que os equipamentos ora especificados visam atender também funcionários e servidores públicos com acesso a informações sensíveis e confidenciais, entendemos que em caso de necessidade de troca do disco rígido por falha, o disco rígido com problema deverá ficar de posse da CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade das informações nele contidas. Está correto nosso entendimento?

R.: O entendimento está correto.

QUESTIONAMENTO 09

Considerando todas as políticas de segurança mencionadas no decorrer das especificações do Edital, bem como o item 4.5.2, e considerando que não se trata de um padrão de mercado, a responsabilidade de elaboração e desenvolvimento da imagem é totalmente da CONTRATANTE, sendo apenas responsabilidade da CONTRATADA a replicação em Fábrica de tal imagem. Está correto nosso entendimento?

R.: O entendimento está CORRETO. Entretanto, a contratada deve fornecer todos os drivers necessários para o funcionamento do equipamento e disponibilizar, sempre que houver, a atualização destes drivers.

QUESTIONAMENTO 10

Da análise deste edital verificamos no Termo de Referência, mais precisamente nos Requisitos de Garantia e Assistência Técnica referente ao item 4.11.8, entendemos que os relatórios deverão ter periodicidade mensal contendo as informações exigidas em tal especificação de forma consolidada por esse período. Está correto nosso entendimento?

R.: O entendimento está parcialmente correto. A periodicidade pode sim ser mensal, mas o período específico do relatório será estipulado na solicitação do relatório, conforme descrito no item 4.11.8. - Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado pelo fabricante, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.

QUESTIONAMENTO 11

Da análise deste edital verificamos Termo de Referência, mais precisamente nos Requisitos de Garantia e Assistência Técnica referente ao item 4.11.8 o seguinte:

“4.11.9. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado pelo fabricante, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.”

Face ao fato que a garantia deverá ser do fabricante e que os grandes fabricantes de equipamentos, além do atendimento telefônico, via e-mail e pelo chat, disponibilizam um portal

de acesso no qual o cliente pode abrir e acompanhar os chamados em garantia, bem como gerar relatórios de maneira simples e centralizada. Também frente ao grande número de partícipes deste contrato, a exigência de emissão de relatórios de forma manual exigirá um investimento significativo em uma equipe para atendimento a tal solicitação, e consequente aumento de preço do equipamento final.

Diante dos pontos negativos e benefícios apresentados, entendemos que para atendimento ao item 4.11.9. será aceito a disponibilização de acesso a um portal de acesso do fabricante que permite abertura e acompanhamento de chamados em garantia. Está correto o nosso entendimento?

R.: O entendimento está parcialmente correto. O acesso ao portal pode ser aceito desde que permita a emissão de relatórios constando todos os dados definidos em Edital, incluindo as limitações temporais.

Rafaella Cristina Teixeira Penedo

Pregoeira

CGLIC/CENTRAL/SEGES/SEDGG

Ministério da Economia

gov.br/economia [gov.br]

De: Santos, LG <LG.Santos@Dell.com>

Enviado: quarta-feira, 27 de outubro de 2021 18:33

Para: Central Licitação <central.licitacao@economia.gov.br>

Cc: Rodrigues, Robson <Robson.Rodrigues@dell.com>; Carpes, Mahara <Mahara.Carpes@dell.com>; Silva, GiseleCristine <GiseleCristine.Silva@Dell.com>; Santos, Hugo <Hugo.Santos@Dell.com>; Silva, Diego N <Diego.N.Silva@dell.com>

Assunto: ME/SEGES - PE 27/2021 - Pedido de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

Vimos, respeitosamente, solicitar os esclarecimentos abaixo sobre o Pregão Eletrônico 27/2021, referente a formação de ata de registro de preços de notebooks de alto desempenho.

QUESTIONAMENTO 01

As especificações presentes em diferentes itens do Edital e de seus anexos descrevem a aquisição de equipamentos, fornecimento de licenças de software e a prestação de serviços, dentre eles de garantia, suporte e níveis de serviço (SLA). Almejando o atendimento à legislação tributária brasileira vigente, inclusive quanto a natureza e tributos específicos, bem como com o objetivo de atender plenamente o que regem os itens e parágrafos da Cláusula SEXTA da Minuta de Contrato (Anexo IV), que trata dos Pagamentos, entendemos que o contrato (pedido fornecimento de bens e serviços) poderá ser faturado em notas fiscais distintas totalizando o valor do item/objeto, contemplando os produtos fornecidos e outra(s) nota(s) fiscais de serviços contemplando os serviços, mesmo que em CNPJ's distintos, mas de mesma "raiz"; no exemplo abaixo representado por XX.XXX.XXX/ ____), pois ambas são pertencentes à mesma empresa - CNPJ.

Exemplo:

a. Nota Fiscal de Produtos: CNPJ XX.XXX.XXX/ZZZZ-ZZ (Filial de Produtos)

b. Nota Fiscal de Serviços: CNPJ XX.XXX.XXX/YYYY-YY (Matriz, de Serviços).

Destaca-se ainda que as condições de habilitação, portanto, conforme Seção VIII do Edital, para todos os CNPJs informados na proposta comercial.

Está correto o nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 02

Considerando que o edital de licitação em questão engloba o fornecimento de equipamentos eletrônicos (hardwares) e seus inerentes e intrínsecos serviços de instalação e garantia, indagamos: Em estrita observância à legislação vigente, denota-se que a tributação incidente nos equipamentos (hardware), qual

seja ICMS, é diferente da aplicada nos serviços (garantia e softwares), ISS. À vista disso, entendemos que ambos não devem constar na mesma nota fiscal e que podemos emitir uma nota fiscal para os equipamentos (hardware) e outra para os serviços, estando estar sempre sob o mesmo CNPJ raiz (exemplo: XX.XXX.XXX/____). Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 03

Referente ao item 7.5.2, bem como considerando o item 7.5.1.1, ambos do Termo de Referência, entendemos que mesmo que a Nota Fiscal Fatura (de Venda) seja emitida em conjunto com a Nota Fiscal de Envio/Remessa, devido a processos e sistemas da CONTRATADA ou qualquer outro motivo, a Nota Fiscal Fatura (de Venda) será tida como recebida apenas após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do bem. Desta forma, o processo de emissão das notas fiscais não fere os requisitos do edital e de seus anexos, assim como atende ao processo de pagamento ora requerido. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 04

Considerando que OFB (ordem de fornecimento de bens) é a ordem para entrega dos equipamentos, entendemos que OS (ordem de serviços) é a ordem referente aos chamados de atendimento de garantia e assistência técnica. Está correto nosso entendimento?
Caso não esteja, solicitamos esclarecer qual é a diferença entre estes documentos.

QUESTIONAMENTO 05

Em relação a Garantia solicitada no edital, entendemos que esta não cobrirá danos acidentais como derramamento de líquido, quedas ou sobrecargas elétricas. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 06

Referente às emissões das notas fiscais, nas fase de envio de equipamentos serão emitidas notas fiscais de envio e, para realização do pagamento e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, será(ão) emitida(s) nota fiscal fatura. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 07

Em relação aos requisitos de garantia constantes no Termo de Referência e de Metodologia de Trabalho (item 4.14.4), considerando que o expediente em setores governamentais é, em sua maioria, em horário comercial (08h00 às 18h00), excluindo feriados e finais de semana, e que os atendimentos dependerão da disponibilidade de servidores no local do eventual problema, entendemos que os prazos de SLA (nível de serviço) e atendimento de garantia requisitados, deverão ser contados em horas corridas dentro do horário comercial. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 08

Com base na especificação contida no Termo de Referência, mais precisamente no item 6.5 (Da Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança”) e considerando que os equipamentos ora especificados visam atender também funcionários e servidores públicos com acesso a informações sensíveis e confidenciais, entendemos que em caso de necessidade de troca do disco rígido por falha, o disco rígido com problema deverá ficar de posse da CONTRATANTE, por medida de segurança e confidencialidade das informações nele contidas. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 09

Considerando todas as políticas de segurança mencionadas no decorrer das especificações do Edital, bem como o item 4.5.2, e considerando que não se trata de um padrão de mercado, a responsabilidade de elaboração e desenvolvimento da imagem é totalmente da CONTRATANTE, sendo apenas responsabilidade da CONTRATADA a replicação em Fábrica de tal imagem. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 10

Da análise deste edital verificamos no Termo de Referência, mais precisamente nos Requisitos de Garantia e Assistência Técnica referente ao item 4.11.8, entendemos que os relatórios deverão ter periodicidade mensal contendo as informações exigidas em tal especificação de forma consolidada por esse período. Está correto nosso entendimento?

QUESTIONAMENTO 11

Da análise deste edital verificamos Termo de Referência, mais precisamente nos Requisitos de Garantia e Assistência Técnica referente ao item 4.11.8 o seguinte:

“4.11.9. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório(s), preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado pelo fabricante, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.”

Face ao fato que a garantia deverá ser do fabricante e que os grandes fabricantes de equipamentos, além do atendimento telefônico, via e-mail e pelo chat, disponibilizam um portal de acesso no qual o cliente pode abrir e acompanhar os chamados em garantia, bem como gerar relatórios de maneira simples e centralizada. Também frente ao grande número de partícipes deste contrato, a exigência de emissão de relatórios de forma manual exigirá um investimento significativo em uma equipe para atendimento a tal solicitação, e consequente aumento de preço do equipamento final.

Diante dos pontos negativos e benefícios apresentados, entendemos que para atendimento ao item 4.11.9. será aceito a disponibilização de acesso a um portal de acesso do fabricante que permite abertura e acompanhamento de chamados em garantia. Está correto o nosso entendimento?

Atenciosamente,

Luiz Gustavo R. C. Dos Santos

Account Executive – Setor Público

Dell Technologies | Brazil Public Sales

celular [+55 61 99228-6757](tel:+5561992286757)

lg_santos@Dell.com

“Faça a coisa certa, vença jogando limpo”

9º ano consecutivo entre as empresas mais éticas do mundo



Internal Use - Confidential